



Diário Oficial

Lei autoriza operação de crédito para execução de programa emergencial

A governadora do Estado sanciona a Lei 7.424/2010, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), até o valor de

R\$ 366,720 milhões de reais, a serem aplicados na execução do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal, no âmbito do Estado do Pará. A Governadora também assina o Decreto 2.326/2010,

que institui o Programa de Regularização Fiscal das Empresas do Estado do Pará - Regular, relacionados com o ICMS, suas multas decorrentes de fatos geradores até 31 de dezembro de 2008. **(Cad. 1 - Pág. 5)**

Repasses de quota-parte

A Secretaria de Estado da Fazenda informa o valor do repasse da Quota Parte Municipal do ICMS do período de 22 a 31/05/2010, e também o repasse da Quota-Parte Municipal do IPI Exportação, referente à 2ª parcela de maio de 2010. A SEFA ainda divulga a relação das embarcações pesqueiras credenciadas a adquirir as respectivas cotas de óleo diesel destinadas a consumo próprio com isenção de ICMS, das distribuidoras, também credenciadas. **(Cad. 2 - Pág. 16)**

Prêmio de Monografias

O Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), pela Portaria 96/2010, institui o "I Prêmio Estadual de Monografias Professor Roberto Santos-2010- Gestão da Informação para o Desenvolvimento do Pará". O objetivo é fomentar a reflexão crítica, e a socialização de pesquisas aplicadas a gestão pública com vistas ao desenvolvimento paraense, buscando estimular o conhecimento e utilização do Sistema de Informação do Estado. **(Cad. 5 - Pág. 2)**

ITERPA disciplina regularização fundiária onerosa de terras públicas

Instrução Normativa 04/2010, editada pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), fixa o procedimento legal para regularização fundiária onerosa de terras públicas do Estado. A norma tem por finalidade disciplinar a regularização fundiária de terras estaduais arrecadadas pelo Estado, na modalidade onerosa, através de venda direta às pes-

soas físicas e jurídicas, sempre que constatada a inviabilidade de competição, nos termos da Lei Estadual 7.289/09 e do Decreto Estadual 2.135/10. A Instrução define morada permanente, habitual ou efetiva; cultura efetiva; ocupação direta, indireta, mansa e pacífica e propriedade familiar, para efeito de regularização fundiária. **(Cad. 2 - Pág. 6)**

Recursos repactuados

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado (CIB/PA) estabelece critérios, responsabilidades e atribuições quanto à utilização dos recursos repactuados pela Resolução 31/2010. A CIB também aprova várias ações de saúde, entre as quais, a constituição da Comissão de Integração da Microrregião de Saúde do Centro Oeste. **(Cad. 3 - Pág. 13)**

Licença ambiental

Portaria 1436/2010, emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) regulamenta o procedimento de análise dos processos cujo objeto seja licença de atividade rural para pecuária. A portaria estabelece os documentos exigidos para licença ambiental rural para atividade pecuária em áreas superiores a 300ha. **(Cad. 3 - Pág. 8)**

A História no Diário Oficial

MAGALHÃES BARATA (CXCXV)

O governador Joaquim de Magalhães Cardoso Barata sancionou a Lei nº. 1.571, de 05 de agosto de 1958, que dispunha sobre a elaboração do Plano Estadual de Eletrificação e a criação da Comissão Estadual de Energia.

A lei determinava que o Poder Executivo promoveria a elaboração do Plano Estadual de Eletrificação. O primeiro seria executado dentro de um decênio, a contar de sua aprovação. No nono ano de decênio seria elaborado o segundo Plano.

O Plano de Eletrificação teria as finalidades seguintes: realização dos estudos e levantamentos relativos às fontes de energia hidráulica do Estado; execução de programas destinados a ampliar e melhorar o suprimento de energia elétrica às principais cidades e às regiões rurais mais densamente povoadas do Estado; coordenação da iniciativa do Estado com a federal, a municipal e a particular, na execução de programas de eletrificação; e, preparação de quadros de técnicos indispensáveis à execução e manutenção dos empreendimentos programados.

